

## MAIS AGROENERGIA

**Roberto Rodrigues\***

Não é novidade para ninguém que 43% da matriz energética brasileira é renovável, enquanto na mundial esse percentual não chega a 15%, o que nos dá uma vantagem comparativa notável, desde o aspecto econômico e social (economia em importações de petróleo e geração de empregos) até o ambiental e de saúde pública (redução de emissões de gases de efeito estufa e das doenças pulmonares nos centros urbanos).

Mas talvez pouca gente saiba que a cana de açúcar é responsável por 17% da nossa matriz energética, o que é mais até do que a energia gerada em todas as gigantescas hidrelétricas de Itaipu, de Ilha Solteira, Urubupungá, Furnas e etc, que fornecem 12% da matriz. E a participação da cana, por outro lado, não se deve apenas à produção de etanol, que é fato bem conhecido: mas também à geração de eletricidade nas usinas sucroalcooleiras. Já se sabe que os carros flex represam mais de 85% da frota brasileira, podendo usar etanol ou gasolina nos volumes que o consumidor desejar, sempre em função dos preços dos combustíveis. Também se sabe que o etanol anidro entra na proporção de 27% de toda a gasolina consumida no país e que o hidratado pode ser usado puro nos veículos flex. E que toda essa numerologia está contribuindo para que o Brasil cumpra seus compromissos assumidos na COP 21 de reduzir até 2030 as emissões de CO2 equivalente em 43%.

Mas a cogeração - produção de eletricidade com o bagaço da cana usado nas caldeiras das usinas e que é introduzido nas linhas de transmissão - tem um papel ainda mais notável, uma vez que essa eletricidade é gerada durante a safra canavieira realizada nos meses de seca, quando o nível das represas que alimentam as hidrelétricas é às vezes tragicamente baixo. Portanto, são complementares. E agora está crescendo bastante no país o uso de energia solar e eólica, aproveitando as vantagens que a natureza nos oferece. E ainda tem a novidade do etanol de milho, avançando muito em todo o centro-oeste brasileiro, competitivamente.

Também é conhecido o RenovaBio, legislação aprovada em 2017 e que estabelece previsibilidade para a agroenergia com vistas à maior descarbonização da matriz.

Mas fala-se muito pouco do Biodiesel, criado em 2004, com objetivo similar ao do Proálcool nascido em 1975 (em parte como reação ao aumento dos preços do petróleo), com efeitos muito similares ao do uso do álcool no controle da poluição.

A princípio não era obrigatória a mistura do biodiesel no diesel, mas por força de lei, a partir de 2013 seria obrigado misturar 5% do óleo de origem vegetal

ao óleo diesel. No entanto, a Comissão Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu antecipar essa mistura para 2008. E a lei 13.033, de 23 de março de 2016, estabeleceu aumentos sucessivos na mistura, até chegar a 10%, mas o mesmo CNPE, em sua resolução número 23 de 2017 tornou essa mistura, o B10, obrigatória a partir de março de 2018.

Finalmente, em outubro do ano passado, o CNPE determinou que a mistura passaria a 11% a partir de junho de 2019 e a 15% (B15) em 2023. Embora essa decisão ainda não esteja homologada, espera-se que entre em vigor antes do prazo estabelecido, dadas as vantagens econômicas, ambientais e sociais que incorpora.

Hoje, a soja representa 70,1% da matéria prima do biodiesel, seguido pela gordura bovina, com 13,12%. Mas há a expectativa de outros materiais, como óleo de palma, canola, macaúba, óleo de fritura usado (hoje já representa 1,65%) venham a ser utilizados, à medida que as tecnologias avancem e os custos diminuam.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**